

ÍNDICE

(Indicam-se em *itálico* os nomes dos autores e colaboradores de cada parte da obra)

| | |
|---|----|
| ADVERTÊNCIAS | 5 |
| PREFÁCIOS | |
| PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO <i>José Miguel Júdice</i> | 7 |
| PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO <i>António Pinto Leite</i> | 11 |
| PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO <i>Dário Moura Vicente</i> | 15 |
| PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO <i>Pedro Siza Vieira</i> | 19 |
| PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO <i>José Robin de Andrade</i> | 21 |
| LEI Nº 63/2011, DE 14 DE DEZEMBRO (Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária) <i>Armindo Ribeiro Mendes</i> | 23 |
| LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA | 37 |
| CAPÍTULO I – Da convenção de arbitragem (arts. 1º a 7º) <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de António Júdice Moreira</i> | 37 |
| CAPÍTULO II – Dos árbitros e do tribunal arbitral (arts. 8º a 17º) <i>José Miguel Júdice com a colaboração de António Júdice Moreira</i> | 52 |
| CAPÍTULO III – Da competência do tribunal arbitral (arts. 18º e 19º) <i>Pedro Siza Vieira e Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António</i> <i>Júdice Moreira</i> | 87 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO IV – Das providências cautelares e ordens preliminares (arts. 20º a 29º) | |
| <i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de António Júdice Moreira</i> | 95 |
| CAPÍTULO V – Da condução do processo arbitral (arts. 30º a 38º) | |
| <i>Armindo Ribeiro Mendes com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 118 |
| CAPÍTULO VI – Da sentença arbitral e encerramento do processo (arts. 39º a 45º) | |
| <i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 146 |
| CAPÍTULO VII – Da impugnação da sentença arbitral (art. 46º) | |
| <i>José Robin de Andrade com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 175 |
| CAPÍTULO VIII – Da execução da sentença arbitral (arts. 47º e 48º) | |
| <i>Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 194 |
| CAPÍTULO IX – Da arbitragem internacional (arts. 49º a 54º) | |
| <i>Dário Moura Vicente com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 199 |
| CAPÍTULO X – Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras (arts. 55º a 58º) | |
| <i>Dário Moura Vicente e Pedro Siza Vieira com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 208 |
| CAPÍTULO XI – Dos tribunais estaduais competentes (arts. 59º e 60º) | |
| <i>Pedro Metello Nápoles com a colaboração de Carla Gonçalves Borges</i> | 217 |
| CAPÍTULO XII – Disposições finais (arts. 61º e 62º) | |
| <i>Dário Moura Vicente e Pedro Metello de Nápoles com a colaboração de António Júdice Moreira</i> | 228 |

ANEXOS

| | |
|---|-----|
| I – Lei da arbitragem voluntária em matéria de patentes relativas a medicamentos (Lei nº 62/2011, de 12 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro) | |
| <i>Dário Moura Vicente</i> | 233 |
| II – Código Deontológico aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2020) | |
| <i>Joaquim Shearman de Macedo, Sofia Martins e Filipe Vaz Pinto</i> | 247 |

| | |
|---|-----|
| III – Código de Boas Práticas Para Peritos em Arbitragem aprovado pela Associação Portuguesa de Arbitragem (2020) <i>Joaquim Shearman de Macedo, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Ribeiro Mendes com a colaboração de Joana Galvão Teles, Rita Lynce de Faria e Filipe Rocha Vieira</i> | 297 |
| IV – Diretrizes da International Bar Association Sobre Conflitos de Interesses em Arbitragem Internacional <i>André Navarro de Noronha, Miguel de Almada, Pedro Metello de Nápoles e Sofia Martins</i> | 317 |
| Introdução | 320 |
| I parte: Princípios gerais relativos a imparcialidade, independência e revelação | 328 |
| II parte: Aplicação prática dos princípios gerais | 339 |
| 1. Lista vermelha de situações irrenunciáveis | 342 |
| 2. Lista vermelha se situações renunciáveis | 347 |
| 3. Lista laranja | 353 |
| 4. Lista verde | 365 |
| V – Jurisprudência portuguesa sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011 <i>Nuno Ferreira Lousa com a colaboração de António Júdice Moreira e Carla Gonçalves Borges</i> | 371 |
| 1. Convenção de arbitragem | 371 |
| 2. Tribunais arbitrais | 389 |
| 3. Honorários dos árbitros | 392 |
| 4. Funções e deveres dos árbitros | 394 |
| 5. Sede da arbitragem | 399 |
| 6. Providências Cautelares | 399 |
| 7. Regras processuais | 400 |
| 8. Princípios fundamentais | 403 |
| 9. Alteração do pedido e da causa de pedir. Reconvencção | 406 |
| 10. Recursos | 408 |
| 11. Ações de anulação | 414 |
| 12. Revisão de sentença estrangeira | 426 |
| VI – Bibliografia selecionada sobre a Lei da Arbitragem Voluntária de 2011 <i>Dário Moura Vicente</i> | 435 |
| 1. Comentários à Lei da Arbitragem Voluntária | 435 |
| 2. Monografias, manuais e coletâneas de estudos | 435 |
| 3. Artigos | 436 |
| VII – Principais abreviaturas utilizadas | 443 |